

RECONSTRUÇÃO DA CASA DO ÍNDIO: AFIRMAÇÃO DO DIREITO À CIDADE PARA AS POPULAÇÕES INDÍGENAS ATRAVÉS DA ARQUITETURA DE ACOLHIMENTO EM PORTO VELHO - RO

I Congresso Interdisciplinar Empreendedorismo e Desenvolvimento Sustentável na Amazônia: rumos para uma realidade humanística, 1ª edição, de 12/09/2023 a 14/09/2023
ISBN dos Anais: 978-65-5465-061-8

CAETANO; Thais Mislá Candido¹, CARMO; Euler Renan Salles do²

RESUMO

INTRODUÇÃO: A migração de indígenas para a cidade vem aumentando nos últimos anos em todo o país, dentre as motivações para esses deslocamentos existem os que ocorrem de maneira temporária para busca de fontes de economia e na inserção educacional. Em Porto velho, a denominada casa do índio, se apresenta como único local que fornece abrigo temporário para as populações indígenas que se deslocam até a capital para exercer seus direitos. Contudo, a casa se encontra com sérios problemas estruturais e com a ausência de serviços básicos, proporcionando risco aos indígenas presentes no local. Esta pesquisa aborda a necessidade e importância de proporcionar um espaço adequado para abrigar estes povos originários, assegurando a dignidade humana através da reconstrução da denominada casa do índio, assim como, tornando-a um local de afirmação dos direitos indígenas nos centros urbanos. **MATERIAIS E MÉTODOS:** Este trabalho de conclusão do curso de arquitetura e urbanismo, se trata de uma pesquisa aplicada que visa abordar sobre a relevância do desenvolvimento de um projeto de reconstrução da casa do índio, localizada na zona central de Porto Velho, que possui função de abrigar as populações indígenas que se deslocam de maneira temporária a capital. Para o efetivo alcance do objetivo, foi adotado uma abordagem qualitativa que se concentra, de modo aprofundado, aos significados das ações e relações humanas (MINAYO, 2010), bem como a quantitativa que, através de números, traduz opiniões e informações para desenvolver análises e classificações. **RESULTADO E DISCUSSÕES:** A pesquisa em questão inicia abordando sobre a história de Rondônia, a partir da colonização, e seus impactos sobre as populações indígenas, no qual foi marcada por uma sucessão de eventos em que os interesses econômicos, a busca por recursos naturais e a imposição de valores culturais resultaram na expropriação de terras indígenas, violências contra os povos originários e transformações socioeconômicas na região. Consequentemente, muitos indígenas começaram a migrar para as cidades, enfrentando desafios específicos, incluindo o acesso ao direito à cidade. Ao compreender o direito à cidade e seu objetivo, fundamenta-se uma realidade dos centros urbanos, marcada por uma segregação social, territorial e política, no qual se naturaliza a miséria e a desigualdade. A forte aliança entre o desenvolvimento urbano e o interesse econômico, coloca os espaços como mercadoria. Neste contexto, a presença indígena nos centros urbanos torna-se ato de resistência e afirmação de território. Entre esses espaços, destaca-se a relevância dos equipamentos institucionais, a exemplo das Casas de Passagem que ofertam acolhimento provisório com estrutura que garanta proteção integral para pessoas que necessitam de um espaço para residir temporariamente. Através da compreensão dos fatores relacionados a presença indígena na cidade, a pesquisa se aprofunda sobre a análise do seu ponto central: a “Casa do índio”, localizada em Porto Velho, no qual atualmente abriga temporariamente indígenas de diversas etnias, especialmente Karitiana, Karipuna e Cassupá. A casa foi estabelecida na capital na década de 80 com o objetivo de atender interesses indígenas, no qual, principalmente para questões de saúde, e até 2016 como sede da coordenação técnica da FUNAI. Posteriormente, o local assumiu a função de Casa de Passagem para indígenas em trânsito no centro urbano. Atualmente o local encontra-se em

¹ São Lucas Porto Velho, thaismislá2010@gmail.com

² São Lucas Porto Velho, euler.carmo@saolucas.edu.br

situação totalmente inadequada, colocando em risco aqueles que utilizam a casa. Em virtude disto, o Ministério Público Federal de Rondônia - MPF-RO entrou com uma ação requerendo que os órgãos responsáveis façam a adoção de providências em relação à Casa. Apesar da situação precária da casa, em 2018, por meio uma perícia antropológica feita no local pelo MPF onde foi constatado que os indígenas que frequentam o local apresentavam uma forte relação de territorialidade com a casa. Tendo em vista que a “casa do índio” não se limita apenas ao espaço físico, abrangendo um vínculo imaterial significativo, a reconstrução do local revela-se de suma importância. **CONCLUSÃO:** Diante disso, torna-se evidente a relevância e urgência da reconstrução da Casa do índio, que atualmente vem colocando em risco a vida de quem está no local devido as suas condições estruturais inadequadas. As informações apresentadas no decorrer deste trabalho reforçam a condição insalubre e precária na qual essa população tem sido colocada em diversos contextos, especialmente nos espaços urbanos, que frequentemente sofrem com a segregação socioespacial. Além disso, ressalta o sentimento de territorialidade e a representatividade que a atual Casa do Índio possui para os povos indígenas ali presentes. Desta forma, intervenção nesse espaço é crucial para proporcionar um ambiente digno a essa população, que historicamente tem enfrentado um processo de exclusão e marginalização. A reconstrução não é apenas uma questão de melhoria física, mas também promover um ambiente que acolha e considere as especificidades culturais desses povos.

PALAVRAS-CHAVE: Cultura Indígena, Resistência, Arquitetura, territorialidade